

## **Recuperação e novos desafios**

### **O desempenho da economia brasileira em 2004 e no início de 2005**

Apresentado por:

#### **DIEESE —**

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Rua Ministro Godói 310, Parque da Água Branca

05001-900 São Paulo SP Brasil

Tel: + 55 11 3874 5366

Fax: + 55 11 3874 5394

<http://www.dieese.org.br/>

Enviado ao GPN em 28 de outubro de 2005.

## Recuperação e novos desafios

### O desempenho da economia brasileira em 2004 e no início de 2005 Setembro, 2005.

O início do ano de 2004 colocava a sociedade brasileira frente a uma perspectiva alentadora que combinava crescimento, baixa inflação, equilíbrio fiscal e controle das contas externas.

A expansão de 4,9% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2004 foi o melhor resultado desde 1994 (quando o PIB aumentou 5,9%), ainda que modesta se comparada à média dos países da América Latina e Caribe, que cresceram 5,9% em 2004 – segundo a CEPAL

Vários fatores contribuíram para este desempenho, onde podemos destacar: i) a redução da taxa básica de juros (SELIC) até abril de 2004; ii) o setor externo tem propiciado elevados saldos na balança comercial (cotações elevadas das commodities agrícolas e industriais); e iii) a expansão do mercado interno pela ampliação do crédito ao consumidor.

Tabela 1 - PIB e crescimento da população (em %)

	Variação do PIB	Taxa de crescimento da população	Crescimento do PIB per capita
1990	-4,3	-	-7,1
1991	1,0	1,7	-0,7
1992	-0,5	1,6	-2,2
1993	4,9	1,6	3,3
1994	5,9	1,6	4,2
1995	4,2	1,6	2,6
1996	2,7	1,5	1,1
1997	3,3	1,5	1,7
1998	0,1	1,5	-1,4
1999	0,8	1,5	-0,7
2000	4,4	1,5	2,8
2001	1,3	1,5	-0,2
2002	1,9	1,5	0,4
2003	0,5	1,5	-0,9
3º Trim 03	0,5	nd	nd
4º Trim 03	1,5	nd	nd
2004	4,9	1,5	3,4
1º Trim 04	1,8	nd	nd
2º Trim 04	0,8	nd	nd
3º Trim 04	1,2	nd	nd
4º Trim 04	0,7	nd	nd
2005	nd	nd	nd
1º Trim 05	0,4	nd	nd

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

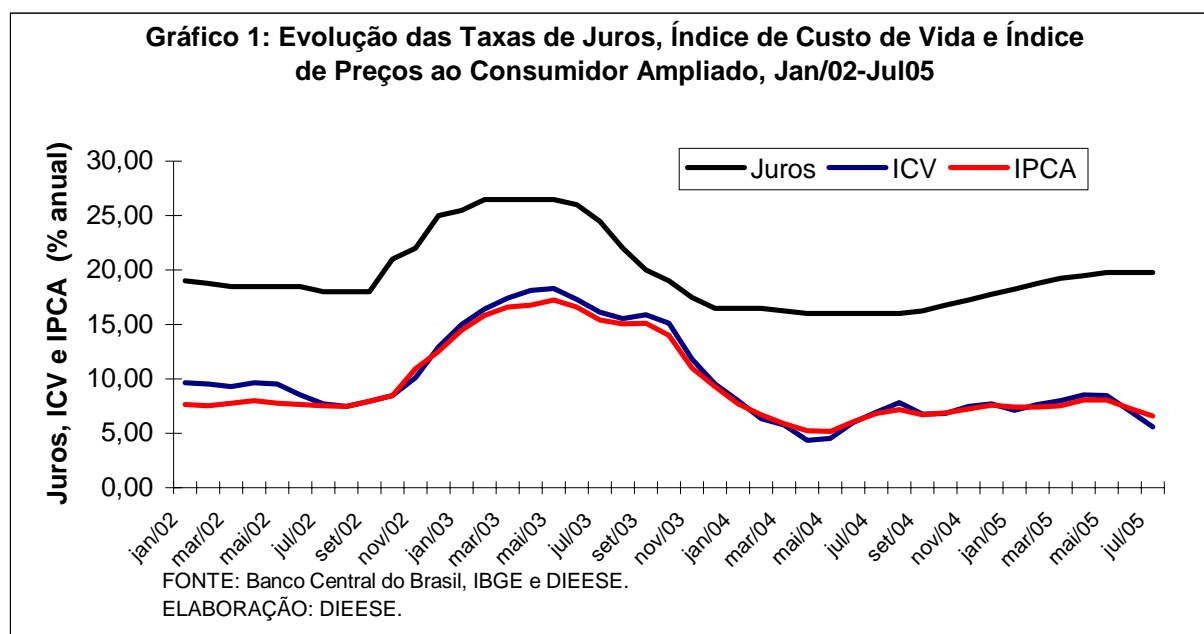
Elaboração: DIEESE

Obs.: Variação no trimestre frente ao trimestre imediatamente anterior.

Em 2004, o Brasil bateu recorde no superávit comercial acumulando, no período, um saldo de US\$ 33,7 bilhões, representando um incremento de 35,8% frente a 2003. O maior crescimento das exportações frente à dinâmica das importações contribuiu com a expansão do volume de comércio com exterior. O crescimento das importações reflete a retomada das atividades econômicas e também o esforço de modernização da economia. Esses resultados comerciais objetivavam reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos.

A política fiscal produziu um superávit primário, que resultou ultrapassar a meta acordada com o FMI e que logrou reduzir a relação dívida/PIB de 57,2% em 2003 para 51,6% em 2004.

Para 2005, a expectativa no início do ano era de uma possível desaceleração do ritmo de expansão mundial. No entanto, essas expectativas não se confirmaram: i) não houve variações bruscas e significativas do comportamento do dólar em relação às outras moedas; ii) a elevação da taxa de juros nos EUA não atingiu patamares muito superiores a 4% ao ano, não tendo reflexos negativos na capacidade de expansão da economia mundial; iii) os preços das commodities permaneceram com cotações elevadas, em razão da manutenção do ritmo de crescimento da China; e iv) particularmente para o Brasil, a recuperação da Argentina se manteve.



A despeito da conjuntura internacional favorável, a divulgação do PIB brasileiro do 1º trimestre do ano – que cresceu 0,4% em relação ao último trimestre de 2004 – aponta para a desconfiança sobre a sustentabilidade do atual ciclo de crescimento da atividade econômica para os próximos trimestres e evidencia um desempenho econômico menor que 2004.

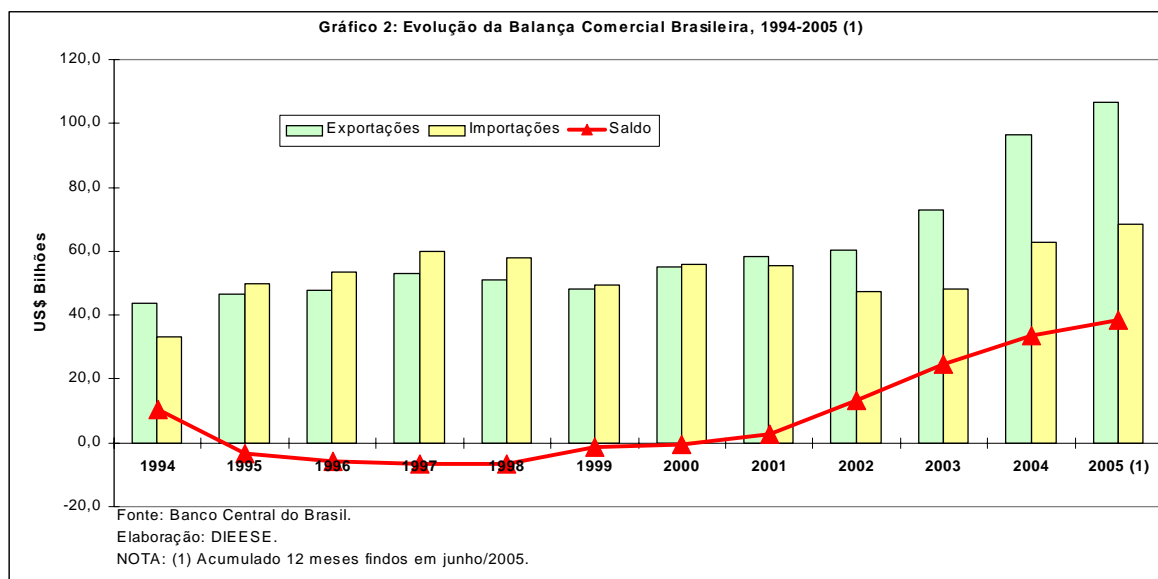
Esse resultado poderia ser um dado isolado, já que o 1º trimestre costuma ser mais lento. Acontece que as taxas de incremento do PIB brasileiro já têm sido decrescentes desde o último trimestre de 2004 – sempre na comparação com mesmo trimestre do ano anterior. E este modesto crescimento da economia brasileira deveu-se principalmente aos fatores

domésticos. O fator mais importante foi a promoção, iniciada em setembro de 2004, por parte do Banco Central de nove aumentos consecutivos da taxa básica de juros (SELIC).

Com a desvalorização do dólar em escala global e com a não administração do mercado de câmbio pelos condutores da política econômica brasileira, o real alcançou uma expressiva valorização.

Assim foi possível utilizar a apreciação do real como instrumento de combate à inflação para se alcançar as metas acordadas com o FMI, que prevê 5,1% ao ano para 2005. O IPCA-IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é o indicador usado pelo governo para as metas de inflação, que neste ano é de 4,5%, com uma margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Embora a meta seja de 4,5%, o Banco Central anunciou em setembro do ano passado que iria perseguir uma inflação de 5,1%. Um dos motivos que levou o BC a adotar uma política monetária mais dura por nove meses - entre setembro do ano passado e maio deste ano - foi o temor de que a recuperação econômica provocasse reajustes nos preços por parte da indústria.

Por outro lado, esse câmbio valorizado não atingiu expressivamente a competitividade externa do Brasil, resultado da excepcional conjuntura dos preços das commodities no mercado internacional. Mas essa política tem limites claros que, se ultrapassados, podem começar a resultar em perda de fôlego do saldo positivo da balança comercial.



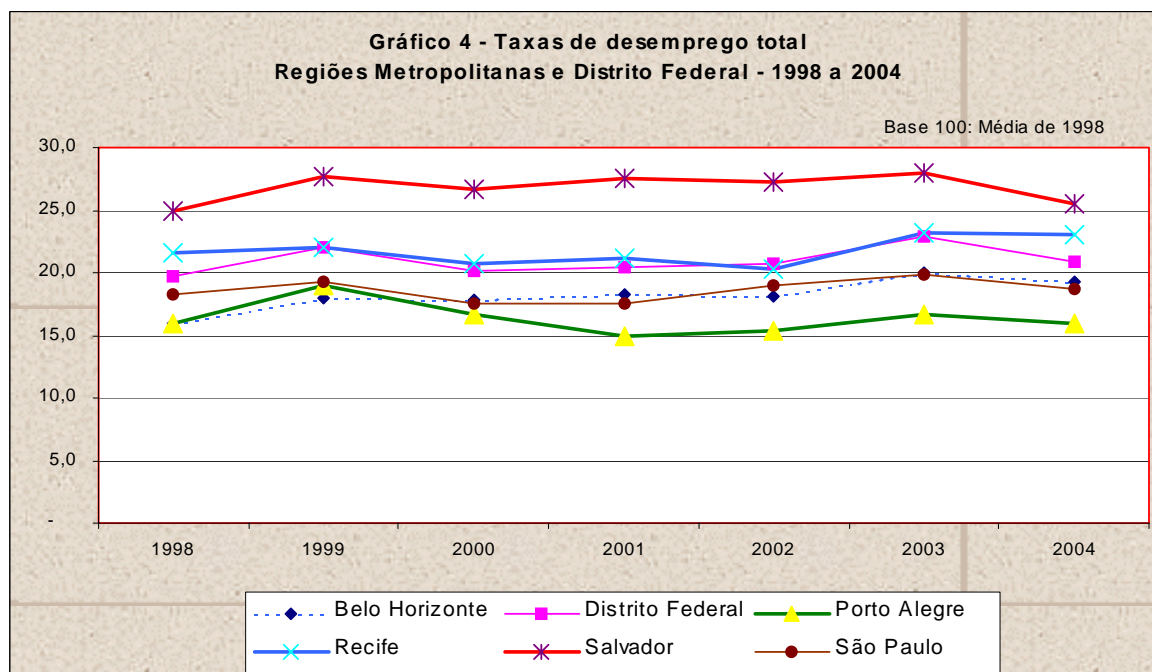
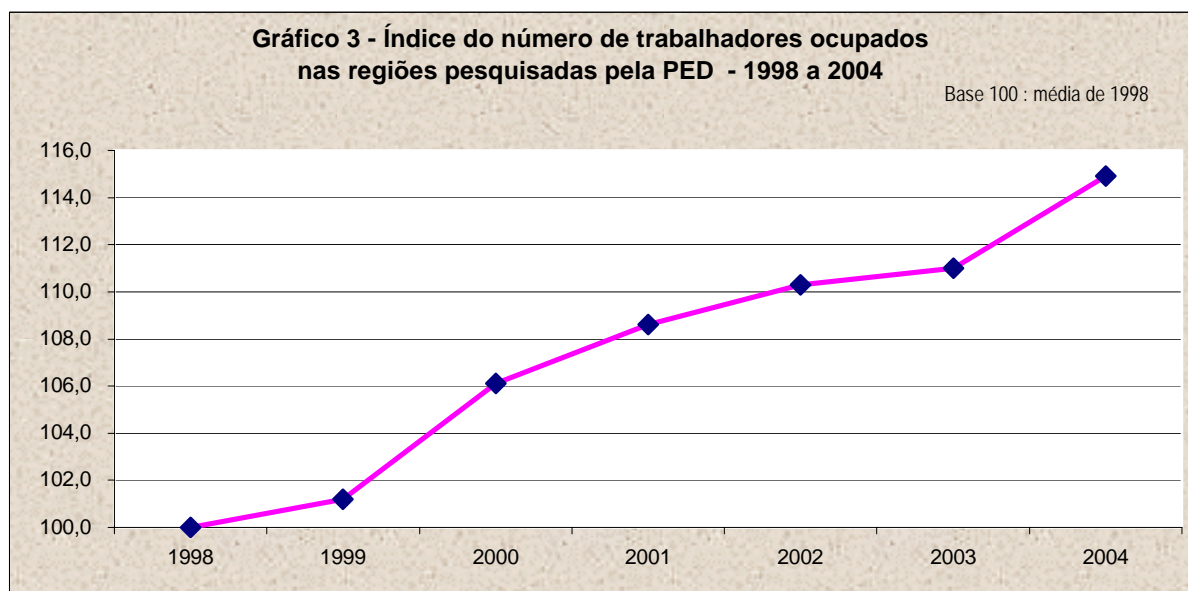
Contudo, a evolução do saldo da balança comercial até junho não esboça recuos, acumulando US\$ 38,3 bilhões nos últimos 12 meses.

Esse cenário de crescimento possibilitou as contratações no mercado de trabalho. As pesquisas domiciliares, embora se limitem a expressar a condição da força de trabalho localizada em importantes centros urbanos, traços problemáticos para as dimensões continentais do Brasil, delineiam com profundidade as tendências desse mercado.

Sem deixar margem a dúvidas, o ritmo da recuperação desses mercados de trabalho regionais foi ditado por um expressivo crescimento ocupacional. Esse movimento, que já

estava presente em 2003, se acentuou em 2004 com a geração de 497 mil postos de trabalho no conjunto das regiões investigadas pela PED e resultando na taxa de 3,4% de crescimento no número de ocupados.

Deste quadro, viabilizado pelo intenso crescimento do nível de atividade econômica recentemente experimentada, resultou o declínio das taxas de desemprego que, em geral, foi suficiente apenas para anular o crescimento ocorrido em 2003 e retornar aos patamares muito próximos aos que haviam sido observados em 2002.



A redução mais intensa da taxa de desemprego ocorreu em Salvador, região que abriga o maior patamar de subutilização da força de trabalho urbana do país, passando dos 28,0%, observados em 2003, para os atuais 25,5%. Também foi acentuada a queda da proporção de desempregados no Distrito Federal e em São Paulo. A Região Metropolitana do Recife, por seu turno, foi a única a registrar relativa estabilidade da desocupação, ficando a taxa de desemprego total em 23,1% da PEA local

Simultaneamente a diminuição do percentual de trabalhadores em desemprego ocorreu, entretanto, ampliação da duração média deste fenômeno. Em São Paulo, houve elevação deste período para 13 meses.

**Tabela 2 - Desemprego de longo prazo e desemprego oculto. Região metropolitana de São Paulo. (Em %)**

	Desemprego Oculto	Desemprego de longo prazo (1) +12 meses	Desemprego de longo prazo (2) +24 meses
1990	2,9	12,2	5,3
1991	3,8	15,0	6,3
1992	6,0	21,6	8,4
1993	6,0	27,5	11,1
1994	5,3	27,3	12,5
1995	4,2	22,0	10,8
1996	5,1	25,4	11,9
1997	5,7	28,6	13,2
1998	6,5	31,5	14,7
1999	7,2	36,7	17,6
2000	6,6	37,7	20,6
2001	6,3	33,6	19,5
2002	6,9	32,8	17,9
2003	7,1	33,9	18,4
2004	7,1	35,8	18,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE e MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Mais de 12 meses de desemprego

(2) Mais de 24 meses de desemprego

O longo tempo de desemprego e o baixo tempo de cobertura do seguro-desemprego explicam, em parte, o crescente número de trabalhadores classificados na categoria de desemprego oculto, que pode ser dividido em:

- a) *desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;*

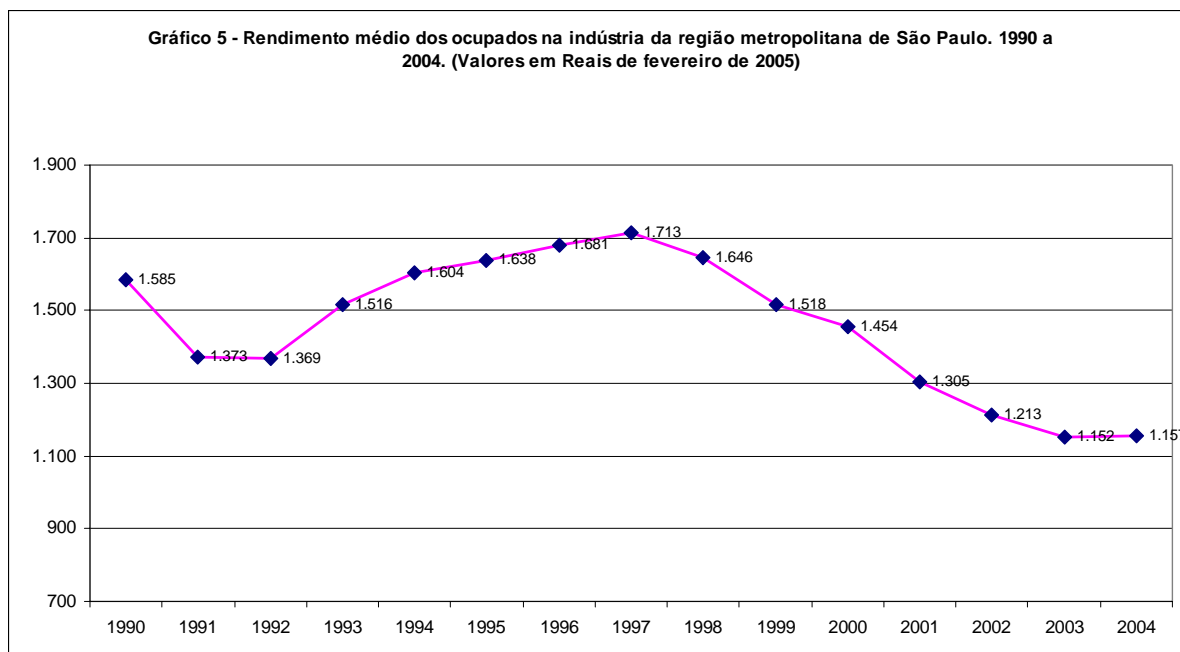
b) *desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.*

A necessidade de se fazer trabalhos precários para a sobrevivência da família ou a situação de desalento frente a um mercado de trabalho que oferece poucas oportunidades de inserção explicam o aumento, entre 2001 e 2003, do contingente de desempregados ocultos: em comparação a 2002, essa parcela dos desempregados aumentou 2,9% em 2003. Em 2004, essa proporção não se alterou.

O indicador que expressa o desemprego de longo prazo cresceu em 2004. Do total de desempregados, 35,8% está há mais de um ano sem trabalhar e este contingente cresceu 5,6% de 2003 e 2004. Para aqueles há mais de dois anos sem trabalho, o aumento foi de 1,6%, atingindo 18,7% desse total.

Estes percentuais, bastante altos, pioraram diante do crescimento da economia e da diminuição da taxa geral, indicando que as pessoas há mais tempo sem trabalhar, encontram maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e tendem a permanecer nesta situação por mais tempo. Ressalta-se ainda, que o seguro-desemprego brasileiro tem duração de apenas seis meses e inclui apenas trabalhadores com carteira de trabalho assinada, que perfazem cerca de 40% de todos os ocupados.

O comportamento dos rendimentos do trabalho foi tímido face ao desempenho da ocupação. Para os ocupados na indústria, observou-se aumento dos rendimentos médios em 0,4% entre 2003 e 2004. O valor médio correspondeu a R\$ 1.157 em 2004. Em relação a 1990, o rendimento médio dos trabalhadores da indústria da região metropolitana de São Paulo acumulou declínio de 27%.



A má distribuição de renda no Brasil chama a atenção pela concentração nas mãos de poucos. Segundo os dados da massa de renda apropriada por parcelas da população, percebe-se que, em 2003, 20% dos que ganham maior renda (5º quintil) recebem 61,9% do total de renda, enquanto as pessoas do 3º quintil se apropriam de apenas 10,4%. Pior é a situação dos 20% de menor renda, que se apropriam de 3,1% da renda brasileira. Os dados de 2003 variaram ligeiramente, devido ao ano recessivo vivido pela economia brasileira.

**Tabela 4 - Distribuição de renda por quintil (em %)**

Quintil	2001	2002	2003
Quinto (20% com maior renda)	62,6	62,7	61,9
Quarto	17,3	17,1	17,5
Terceiro	10,2	10,3	10,4
Segundo	6,4	6,5	7,1
Primeiro (20% com menor renda)	3,5	3,4	3,1

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Obs: Pessoas em idade ativa com qualquer tipo de rendimento.

O país cresceu em 2004 e pode surpreender em 2005 com crescimento superior a 3,5%, apesar das elevadas taxas de juros e de uma política fiscal extremamente restritiva. A capacidade do Brasil, de crescer com juros muito altos, é fenômeno raro no mundo, ainda que não exclusivo como demonstra a Turquia, com juros reais acima de 10% em 2004 e crescimento do PIB de 9,7%.

Se o cenário pode ser visto como alentador, as preocupações com relação a sua sustentação colocam uma série de dúvidas no curto e médio prazo.

Continuar crescendo sem pressionar a inflação, pressupõe ampliar a capacidade instalada das empresas, cuja utilização deverá atingir 87,1% ao final de 2005, conforme projeções do IPEA. Acima dos picos históricos atingidos na década de 70 (média de 86,4%). O aumento da capacidade produtiva significa uma elevação da taxa de investimentos, (no sentido da formação bruta de capital fixo, isto é, investimentos na construção civil e em máquinas e equipamentos), que deve encerrar, segundo o IPEA, 2005 em 21,6% do PIB.

No médio prazo, as preocupações recaem sobre a infra-estrutura brasileira – setores estratégicos dependentes diretamente do investimento governamental, que tem sofrido limitações por conta do ajuste das contas públicas, que requer elevado superávit primário.

A sustentação do crescimento no Brasil continuará dependente de um cenário mundial favorável, funcionando num modelo de economia “reflexa”, e não baseado em elevadas taxas de investimento e subida contínua do consumo.

Além de, não menos relevante, é a necessidade de transformarmos crescimento em efetivo desenvolvimento, que requer justiça e igualdade social, tornando imperativa uma melhor distribuição de renda neste país.

### **Outros links estatísticos para o Brasil:**

SEADE – Fundação Estadual de Análise de Dados

[http://www.seade.gov.br/homev98/seade\\_i.html](http://www.seade.gov.br/homev98/seade_i.html)

XSERVE – DIEESE – Banco de Dados Macroeconômico

<http://www.intranet.DIEESE.org.br/bmacro/autentic.html>

IPEA Data Online -- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll>

Banco Central do Brasil

<http://www.bacen.gov.br/defaulti.htm>

IBGE -- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.ibge.gov.br/english/default.php>